

# Ibsen pede cheques e prepara defesa na CPI

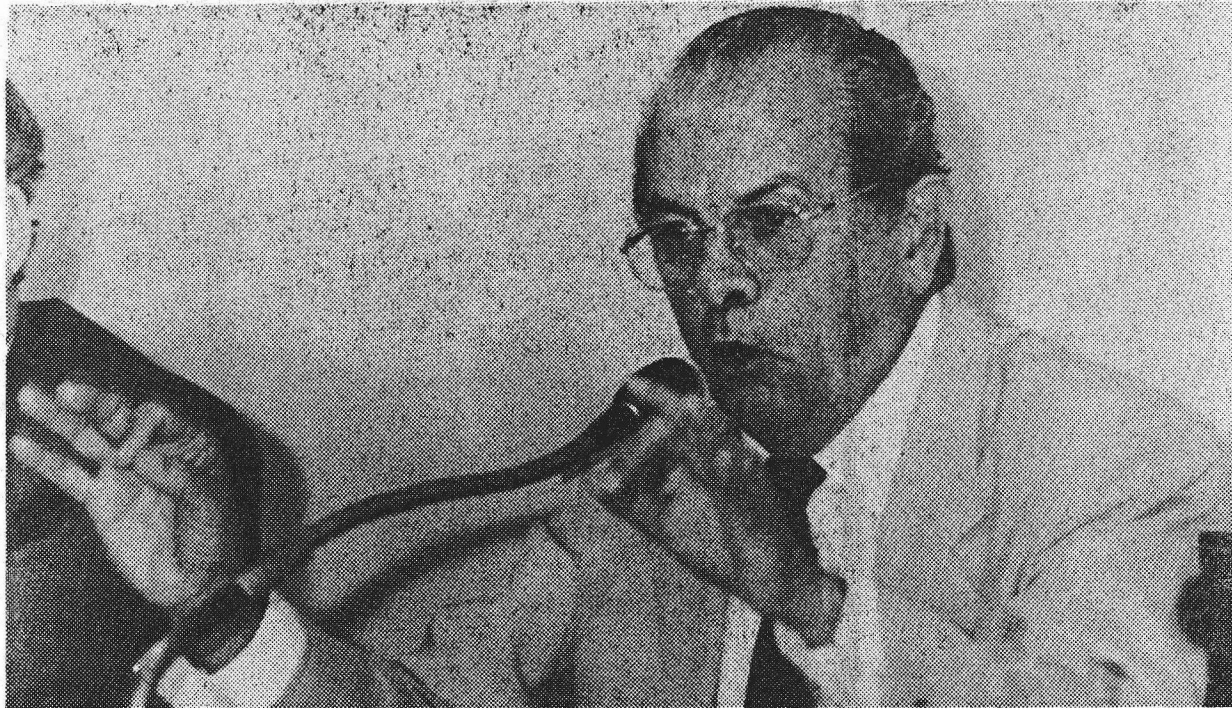
■ Deputado deplora “vazamento de informação incompleta” e alega que em 89 o orçamento tramitou pela Constituição anterior

Brasília — Josemar Gonçalves

BRASÍLIA — O deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) requereu ontem ao presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), cópia autenticada dos três cheques (no total de US\$ 50 mil) emitidos pelo deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) em seu favor em junho de 1989. Ele justifica o pedido como necessário para que possa “exercer o legítimo direito à defesa da própria imagem e da honra”. Até o início da noite, a CPI ainda não havia decidido se convocaria Ibsen para depor. Passarinho manifestou-se contra a convocação porque, segundo ele, não é necessário: “A CPI precisa agora é definir prioridades”.

Na carta que enviou a Passarinho, Ibsen “deplora o vazamento de uma informação incompleta” e diz que a operação bancária realizada entre ele e Genebaldo “é compatível com sua capacidade econômica e sua movimentação financeira”. Ibsen acusa que o vazamento desta informação “propicia toda sorte de insinuações e implicações injustificadas”. Por esta razão, se declara indignado “com a conotação perversa que atribui contornos excusos a um ato comum na vidas das pessoas, praticado com a transparência das normas bancárias”. Afirma ainda que o ato “é alheio aos fatos que são objeto de investigação dessa CPI”.

O parlamentar, que passou o dia em sua residência em Brasília e saiu apenas para conversar com seu advogado, Luis Carlos Lopes Madeira, deve dar uma entrevista hoje. Na carta enviada à CPI, Ibsen che-



Passarinho manifestou-se contra a convocação de Ibsen e disse que a CPI agora tem que definir prioridades

ga a esboçar sua defesa, alegando que o Orçamento de 1989, proposto em 1988, “tramitou praticamente nos termos da Constituição anterior, que atribuía ao Congresso papel meramente homologatório da proposta do Executivo”. Ele diz que “o novo rito constitucional só vigorou, de fato, para o Orçamento seguinte”, embora em 1988 tenham sido apresentadas 2.660 emendas de parlamentares remanejando recursos do orçamentários.

**Caminhonete** — Para justificar os depósitos de Genebaldo em sua conta, Ibsen relatou a um parlamentar que eles envolvem um empréstimo para a compra de uma caminhonete F-1000 que pertencia

ao deputado Ivo Mainardi (PMDB-RS). Ouvido pelo **JORNAL DO BRASIL**, Mainardi confirmou a venda do veículo para Ibsen mas garante que “o negócio não envolveu US\$ 50 mil”. Mainardi esclareceu que “a quantia recebida pelo negócio foi muito pequena e se limitava ao ressarcimento das prestações que ele já havia pago”. O veículo sequer estava no nome de Mainardi, sendo transferido da proprietária (Neuza Peil, de Sobradinho, RS) diretamente para Ibsen. O pemedebista esclareceu que “nunca” teve negócio nenhum com o Genebaldo.

O líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia, também repu-

diou a forma como a questão foi divulgada. “Nós temos largos anos de convivência, fizemos várias transações inclusive financeiras. Estas operações são normais entre dois companheiros próximos e seus valores são adequados aos rendimentos dos parlamentares”, afirmou. Genebaldo também argumentou em seu favor que o Orçamento executado em 1989 foi feito ainda de acordo com a legislação anterior e que impedia ao Congresso emendar o Orçamento, promovendo remanejamento de verbas. “Isso não tem relação com a CPI, o relator do Orçamento foi o senador Almir Gabriel (PSDB-SP) contra quem nunca se denunciou nada”, disse.